



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**  
**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL**

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se na Sala de Reuniões da antiga SEPLAN, sito à W/3 norte, Quadra 514, Lote 08, Bloco C - Brasília-DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, sob a Presidência da Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Sandra Terena, para a sua Reunião Extraordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros representantes do Poder Público Federal e representantes de entidades da Sociedade Civil: **Danilo Rosa Lima (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO)**, **Patrícia Tiomno Tolmasquim (Confederação Israelita do Brasil – CONIB)**, **Milton Santos Silva (Rede Nacional de Negros e Negras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Afro LGBT)**, **Maria Julia Reis Nogueira (Central Única dos Trabalhadores – CUT)**, **Júlio Cesar Dias Chaves (Notório Saber)**, **Marta Cezária de Oliveira (Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado – GMNDC)**, **Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca – Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguiã – IAO)**, **Adegmar José da Silva (Centro Cultural - HUMAITÁ)**, **Rosilene Torquato de Oliveira Neto (Agentes Pastorais Negros – APN’S)**, **Michael Laiso Felix (Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno – FUCBE – DF)**, **Moara Correa Saboia (Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER)**, **José Alex Borges Mendes (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ)**, **Célia Zenaide da Silva (Conselho Federal de Psicologia – CFP)**, **Nicéa Quintino Amauro (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN)**, **Antônio Carlos Basílio da Silva (Instituto Nacional de Tecnologia Social – INATES)**, **Maria Jane Soares (Associação Comunitária dos Ciganos de Condado – PB – ASCOCIC)**, **Fátima Ali (Federação Árabe Palestina do Brasil – FEPAL)**, **Ivan Cláudio Pereira Siqueira (Representante Notório Saber)**, **Maíra de Paula Barreto Miranda (Representante Notório Saber)**, **Roseane Cavalcante de Freitas Estrela (Secretária Nacional de Políticas para as mulheres)**, **Tarcila Martins Portugal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)**, **Davi Calazans (SNPIR)**, **Benedito Sebastião de Lara Filho (Ministério da Justiça e Segurança Pública)**, **Camila Batista Martins Carneiro (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social)**, **Claudio Luiz Pinheiro da Silva (Secretaria Especial do Esporte)**, **Renata de Carvalho Ferreira Machado (Secretaria Especial da Cultura)**, **Renata Florez Rocha (Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital)**, **Laura Nascimento Moreira (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade)**, **Ademilton Ferreira (FCP)**, **Isabel Cecilia Paredes (Decon)**, **Dannytha Rayres Lopes Câmara (Secretaria de Governo)**, Dando início aos trabalhos, **Luciano Antunes de Moura**, passou a palavra à **Sandra Terena**, a qual falou de sua expectativa de boa reunião, devido as ações dos grupos de trabalhos executadas na reunião do dia oito de setembro de 2019. Destacou que o dia de trabalho dos GT’S foi produtivo e significativo. Saudou a todos e declarou aberta a reunião extraordinária. **Luciano Antunes de Moura**, apresentou as demandas que seriam tratadas em reunião, conforme a pauta. Informou que já existe no site MMFDH uma moção referente aos 80 tiros. Informou ainda que as Atas já estão no site, mas algumas Atas não foram localizadas, disse que a SEPIR já tomou as medidas necessárias para buscar essas Atas. Em seguida passou a palavra ao grupo de trabalho da vaga

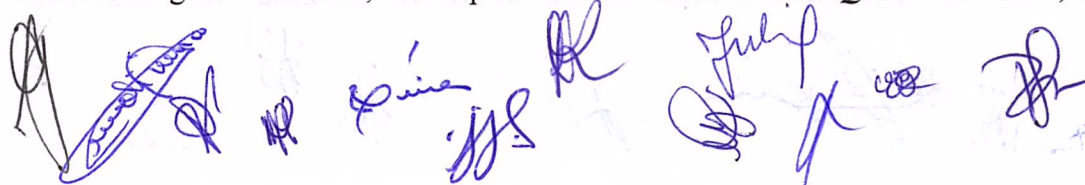


43 indígena. **Danilo Rosa Lima**, fez a explanação de que no dia anterior, o GT se debruçou no  
44 edital da vaga indígena, fizeram a avaliação do referido edital, e viram a necessidade de tornar  
45 a linguagem um pouco mais acessível, mesmo se tratando de um documento formal, a  
46 comunicação deveria ser o mais acessível possível; flexibilização de algumas coisas do edital,  
47 principalmente em relação a prazos, devido à dificuldade de acesso a meios tecnológicos que  
48 indígenas podem ter. Disse que é necessário tornar o sistema de votação mais acessível possível.  
49 Também é preciso ter um mecanismo estruturado para receber os documentos. **Patrícia Tiomno**  
50 **Tolmasquim**, agradeceu pela apresentação do trabalho. Falou da relevância do conselheiro da  
51 FUNAI. Falou da preocupação com a segurança jurídica do processo, pois não facilitaram além  
52 do possível. Salientou que continuidade do trabalho vai ser na constituição de uma comissão  
53 eleitoral para a vaga indígena e fazer a publicação do edital, da comissão etc. No item 2.3 deram  
54 a sugestão de como seria composta a comissão eleitoral, composta de 5 membros, 2  
55 conselheiros da sociedade civil, 2 conselheiros governamentais, sendo um da Funai, e 1 servidor  
56 lotado na SEPIR. Endereços eletrônicos utilizados devem ser revistos. **Luciano Antunes de**  
57 **Moura**, sugeriu permanecer com o e-mail já existente, pois já foi utilizado na outra eleição.  
58 **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, lembrou aos presentes que a última eleição foi rápida,  
59 considerando o território indígena e o acesso à internet, não daria nem tempo de os povos  
60 indígenas participarem. Recomendou que os prazos levem em consideração as especificidades  
61 do pleito. Fez-se a entrega oficial do produto do GT da vaga indígena. **Patrícia Tiomno**  
62 **Tolmasquim**, sugeriu que o calendário seja feito pela comissão que se estabeleceria e da  
63 incumbência que o GT tem de fazer o edital e a definir a comissão eleitoral, e declarou  
64 encerrado o trabalho do GT. **Danilo Rosa Lima**, comunicou a todos que o próximo ato é a  
65 proposição da comissão eleitoral, que é de conhecimento de todos, a partir desse ponto vão  
66 avançar. **Milton Santos Silva**, sinalizou que para ter o representante indígena na primeira  
67 reunião de 2020 seria ideal que se estabeleça que o final do processo seja até dezembro e sugeriu  
68 fazer a votação para definição da comissão. **Luciano Antunes de Moura**, abriu a sessão de  
69 votação para definição da comissão. Todos foram favoráveis pela escolha da comissão eleitoral.  
70 **Maria Julia Reis Nogueira**, propôs que os representantes da sociedade civil que devem compor  
71 a comissão eleitoral sejam os dois companheiros que participaram do edital, Danilo  
72 EDUCAFRO e Patrícia CONIB. **Luciano Antunes de Moura**, colocou em votação para que  
73 Danilo Lima e Patrícia Tiomno componham a comissão eleitoral. Danilo e Patrícia foram  
74 eleitos. Ato contínuo, leu o item 2.3 do edital. Quanto a esse servidor da SEPIR, a presidente  
75 vai fazer uma indicação. **Sandra Terena**, indicou o nome da Izabel Paredes. **Luciano Antunes**  
76 **de Moura**, colocou em votação para que Izabel Paredes seja a servidora da SEPIR presente  
77 na comissão eleitoral. Eleita. **Luciano Antunes de Moura**, fez votação para que Camila  
78 ocupasse a vaga governamental e foi aprovada. Ficando estabelecida que a outra vaga é da  
79 Funai e que no momento oportuno teríamos o nome do conselheiro que estará representando e  
80 preenchendo a vaga. Salientou que a comissão eleitoral fica composta por dois conselheiros da  
81 sociedade civil sendo eles Danilo e Patrícia, os dois conselheiros governamentais, conselheira  
82 Camila Batista Marins e a vaga da Funai que o conselheiro ainda será indicado e como  
83 representante da secretaria Dr<sup>a</sup> Izabel Paredes. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, fez uma  
84 observação que o Rio tem o conselho de igualdade racial, e solicitou que haja um parceria com  
85 eles. **Luciano Antunes de Moura**, deu ciência aos conselheiros sobre a existência dos termos  
86 de posse de forma virtual. Sugeriu que os problemas das atas seriam amenizado com o processo  
87 SEI de forma eletrônica, mediante cadastro dos conselheiros, para que os mesmo possam  
88 assinar de forma eletrônica. O conselheiro lê, manda possível correção por e-mail e só assina  
89 quando concordar. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, achou a proposta complexa e disse que  
90 entendendo que há a necessidade de se assinar as atas, uma coisa é a degravação da reunião,  
91 outra coisa é a aprovação do conselho, e não sabe se é possível fazer esse tipo de correção do  
92 passado. **Luciano Antunes de Moura**, informou a sugestão de ata no processo de SEI se referia



da 64ª em diante. **Danilo Rosa de Lima**, observou a praticidade desse processo, mas frisou que seria inacessível e sugeriu dois mecanismos de assinatura da ata. E não achou interessante que seja apenas online por meio de senha. **Luciano Antunes de Moura**, salientou que com dois mecanismos de acesso a ata, para as pessoas que não conseguirem assinar online, seria disponibilizado um computador durante a próxima reunião. Votação para passar a ata para o processo eletrônico, mas mantendo o processo físico. Aprovado. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, falou de uma ata sem numeração que entrou no sistema em dezessete de julho de dois mil e dezoito, e solicitou que verificação desta questão. **Luciano Antunes de Moura**, informou que a última ata foi do mês de abril de dois mil e dezessete. Disse ainda que está buscando no processo SEI as reuniões que ocorreram e é dessa forma que está tentando ter as datas das reuniões. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, disse que o colegiado pode aprovar uma retificação em relação a data do documento, fazer uma ata apenas para retificar a data. **Luciano Antunes de Moura**, informou que na próxima reunião ordinária farão uma ata retificadora, encerrou as atividades da parte da manhã.

**Luciano Antunes de Moura**, deu início as atividades da tarde distribuindo um impresso sobre história e cultura afro, informando que as pessoas presentes podem levar para os suplentes, caso não se sintam à vontade, será enviado pelo correio. **José Alex Borges Mendes**, informou sobre o julgamento do caso da comunidade Paial de Telha, o qual estava acontecendo no conselho do Rio Grande do Sul. Dizendo que o julgamento foi favorável à comunidade, nas questões emblemáticas. Sugeriu ao conselho estar mais presente nessas ações, pois as vezes fica inviável saber o que fazer. **Luciano Antunes de Moura**, informou sobre o parecer dado no período da manhã e perguntou se algum conselheiro gostaria de propor alguma moção? **Candiero**, acrescentou que para esse tipo de ação seria necessário ter um conselheiro local representado esse conselho, ou, mas se não tiver, a SEPIR poderia viabilizar para outros conselheiros acompanhar o processo. Propôs esse tipo de ação, a possibilidade a SEPIR viabilizar passagem estadia para que os conselheiros participarem. **Luciano Antunes de Moura**, salientou que para as questões de viagem será necessária uma programação antecipada, com no mínimo quinze dias. **Candiero**, falou da relevância do fato ocorrido no Paraná, pois os ciganos e outros segmentos, estão presentes no conselho nacional. Pediu que todos fossem informados sobre a existência do conselho nacional, através de circular. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, indicou que precisa haver uma articulação a nível nacional. Conversou com a CONAQ para discutir ações quilombolas. Aqui pode ser um espaço para que seja criada condições para que eles saibam da existência do conselho nacional e que possa haver ações práticas. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, indagou que havia na SEPIR um departamento que cuidava especificamente da questão dos quilombolas com recursos específicos. **Luciano Antunes de Moura**, informou que o departamento funciona normalmente. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, sugere que se saiba se de fato o departamento existe e o que o departamento pode efetivamente fazer e se pode deliberar algo mais prático. **Luciano Antunes de Moura**, sugere votação para que, conseguindo uma janela de 15 minutos, o diretor do departamento viesse tirar dúvidas no dia seguinte. Aprovado. **José Alex Borges Mendes**, disse não ser apenas o recurso financeiro, mas também na articulação do qual esse conselho e a SEPIR também possa escrever moções e mandar cartas de recomendações favorável a comunidade. **Luciano Antunes de Moura**, passa a palavra ao GT do regimento interno. **Milton Santos Silva**, disse que se reuniram no dia anterior e adotaram a seguinte metodologia: A apresentação será dividida em duas etapas para que se tenha mais tempo de debater. Vão apresentar até o décimo segundo artigo e na próxima reunião sejam apresentados os demais artigos. O conselheiro falou que é importante ressaltar que trabalharam em cima da minuta que já tinha sido ressaltada nas reuniões do pleito anterior. Ressaltam pontos que poderia ser algum entrave diante da análise jurídica da CONJUR. Sendo assim iniciou a leitura da minuta. Explicou que o artigo terceiro é exatamente igual ao decreto, não se pode alterar o mérito. **Nicéa Quintino Amaro**, continuou a





143 leitura da minuta. **Fatima Ali**, disse que o decreto fala que o conselho é só consultivo e não  
144 deliberativo. Foi uma crítica, ela acha que o conselho deveria ter caráter deliberativo também.  
145 **José Alex Borges Mendes**, disse ter dúvida no artigo primeiro. Não pode ser deliberativo, mas  
146 quando olha no terceiro aí é deliberativo. Perguntou como que trabalha a política se o conselho  
147 não consegue ser deliberativo? **Milton Santos Silva**, informou que debateram a esse respeito,  
148 mas que não vão fazer correção nesse momento, vão ver o mérito. Analisar o regimento para o  
149 funcionamento do conselho. No segundo momento corrigir detalhes. **Nicéa Quintino Amauro**,  
150 leu a nova versão do artigo primeiro após os destaques. **Fatima Ali**, leu o texto do artigo  
151 primeiro e falou que a CNPIR é constante. Disse que um conselho desse porte não ter caráter  
152 deliberativo por não ter fundo próprio não faz sentido, é o que representa em termos de controle  
153 social para políticas públicas de igualdade social não tem caráter deliberativo. **Nicéa Quintino**  
154 **Amauro**, informou que o estudo foi de caráter técnico. Disse que se hoje fizerem a mudança e  
155 colocar a palavra deliberativo esse documento não vai passar. Se quiserem um regimento  
156 segundo o parecer, ele só vai passar sendo consultivo, porque faltam critérios. **Renata de**  
157 **Carvalho Ferreira Machado**, informou que é como ele foi criado, tem a natureza de conselho  
158 consultivo. Se colocar qualquer coisa sobre deliberativo não vai passar. Teria que criar o  
159 conselho de novo nesses moldes. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, concordou com a Nicéa. Disse  
160 que foi da comissão no conselho anterior que trabalhou nesse regimento, essa proposta já foi  
161 negada. É importante vencer a etapa de terem um regimento interno. **Michael Laiso Felix**, disse  
162 que na vaga indígena perceberam que estava na minuta essa especificidade de instituições  
163 nacionais e regionais. Aqui está só da sociedade civil de caráter nacional artigo quinto item 2.  
164 Maíra de Paula Barreto Miranda (Notório Saber) O problema é que é cópia do decreto, no  
165 decreto está previsto que é de caráter só nacional, se a gente copiou o que está lá, não pode  
166 alterar a lei. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, disse que para ser considerado nacional tem que  
167 estar em mais de uma região do Brasil. **Milton Santos Silva**, informou que o decreto vigente  
168 hoje não define o que quer dizer de caráter nacional. **Marta Cezaria de Oliveira**, disse que  
169 entraram enquanto Dandara porque tinham caráter regional. **Milton Santos Silva**, informou que  
170 o decreto vem para orientar, se o decreto diz editais nacionais a gente tem que interpretar o que  
171 isso quer dizer. Quando esse documento diz entidade nacionais, pode ser o contrário de  
172 internacionais, tem que ser entidade nacional. É necessário interpretar da nossa forma o que é  
173 entidade nacional. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, disse acabaram de fazer um trabalho  
174 semelhante no conselho nacional de educação. O direito brasileiro é positivo. Aquilo que ele  
175 não diz, você não é obrigado a seguir, se diz nacional e não diz que é proibido regional então é  
176 permitido regional. **Nicéa Quintino Amauro**, sugeriu propor um parágrafo dizendo que  
177 nacional é estar presente em mais de uma região ou em mais de 3 estados. **Nicéa Quintino**  
178 **Amauro**, leu o artigo dizendo quais alterações seriam feitas. **Milton Santos Silva**, informou que  
179 achou o edital e no edital diz organizações nacionais e regionais. **Nicéa Quintino Amauro**,  
180 informou que para ser nacional tem que estar em 5 estados de 3 regiões diferentes do país e  
181 também pode ser regional a organização em pelo menos 30% dos estados da região. **Celia**  
182 **Zenaide da Silva**, sugeriu incluir o que estava no edital de chamamento das eleições. Deixar só  
183 nacional. Quando precisar deixa os conselheiros interpretarem. **Luciano Antunes de Moura**,  
184 informou em relação ao pleito passado, que o secretário adjunto foi chamado ao MP, e estamos  
185 respondendo uma denúncia de que algumas instituições foram reconduzidas por duas ou três  
186 vezes. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, perguntou se consultaram todos os regimentos de todos  
187 os conselhos da república. Ele só não pode fazer aquilo que é vedado por lei. Temos que colocar  
188 qual a função do regimento. Ele demarca o que pode o que não pode. Ele só não pode fazer o  
189 que está dizendo na lei que não pode. **Nicéa Quintino Amauro**, solicitou para voltar no texto e  
190 ver se o conceito de nacional contempla ou se muda. **Nicéa Quintino Amauro**, informou que o  
191 GT chegou ao consenso de que no momento vão deixar o texto da forma que está para que o  
192 detalhamento seja feito apenas na construção do edital da próxima chamada. **Mãe Tuca**, dirige-

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right, there are several distinct marks, including what appears to be a signature, a set of initials, and a signature that looks like 'Luciano'. There are also some scribbles and other marks.



se diretamente ao secretário dizendo que a sociedade civil solicita a mesa mais esclarecimentos acerca da denúncia citada. Questiona se teriam tido conhecimento sobre o assunto se não estivessem na reunião. Pede informações mais precisas sobre o que aconteceu. **Esequiel Roque do Espírito Santo**, houve uma representação por parte de uma organização chamada Instituto da Comunidade Afro Brasileira de Curitiba. Eles fizeram uma representação ao Ministério Público aqui do Distrito Federal solicitando informações sobre o último processo das representações da sociedade civil. Alegando que eles não puderam concorrer. Solicitou a leitura do ofício. **Luciano Antunes de Moura**, Leu o ofício. Explicou que foram intimados para o MP para falar sobre o assunto. **Maria Julia Reis Nogueira**, perguntou quais eram as entidades citadas no documento. **Luciano Antunes de Moura**, informou que o documento não oferece condições para identificar as referidas entidades. **Milton Santos Silva**, perguntou qual o entendimento da mesa referente ao assunto? **Candiero**, diz conhecer a instituição e a pessoa que fez a denúncia. Informou que essa instituição também tentou barrar as eleições estaduais. Essa instituição não é respeitada pelo movimento negro. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, disse que as instituições não podem ser impedidas de concorrer. Seria como dizer “o PSL já ganhou uma eleição não pode mais concorrer” está no regimento interno que sendo uma instituição que tem apenas uma recondução do representante se a instituição entrar, que mude o representante. Não se pode ter recondução de pessoas, mas de instituições sim. O processo eleitoral teve lisura sim. **Celia Zenaide da Silva**, leu o inciso 3 do artigo quinto. O nó está nesse inciso da interpretação dos integrantes. Concordeu com a Patrícia. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, informou que o mandato não é da instituição, o mandato é do conselheiro. A instituição só indica. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**, disse que o mandato é personalíssimo, é da pessoa e não da instituição. **Maria Julia Reis Nogueira**, divergiu da Patrícia. Disse que é uma pessoa da CUT, mas tem que estar em sintonia com a CUT. **Luciano Antunes de Moura**, indagou se existe um tempo hábil para a substituição de um conselheiro. Disse que seria de bom grado que no momento da justificativa pudesse constar isso, que existe um prazo mínimo. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, disse que as entidades indicam, mas o mandato não é da entidade. O conselheiro tem o mandato. As entidades são meio e não fim. **Luciano Antunes de Moura**, disse que deve estar escrito no regimento que a entidade não pode trocar o representante quando quiser. **Ivan Cláudio Pereira Siqueira**, disse que deve ser estabelecido no regimento quais condições em que o conselheiro pode ser trocado. Após longo debate, **Nicéa Quintino Amauro**, informou que o novo regimento fala sobre a ausência, informou ainda que a ausência do conselheiro é configurada quando ele não justifica a ausência e que o mesmo pode mandar uma carta comunicando a ausência. Disse que só se caracteriza ausência quando não há suplente. Ele é substituído com 3 faltas consecutivas ou 4 alternadas. **Luciano Antunes de Moura**, fez os agradecimentos e encerrou as atividades do dia 17 de setembro de 2019.

**Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove**, reuniu-se na Sala de Reuniões da antiga SEPLAN, sito à W/3 norte, Quadra 514, Lote 08, Bloco C - Brasília-DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, sob a Presidência da Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Sandra Terena, para o segundo dia da sua Reunião Extraordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros representantes do Poder Público Federal e representantes de entidades da Sociedade Civil: **Danilo Rosa Lima (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO)**, **Patrícia Tiomno Tolmasquim (Confederação Israelita do Brasil – CONIB)**, **Milton Santos Silva (Rede Nacional de Negros e Negras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Afro LGBT)**, **Maria Julia Reis Nogueira (Central Única dos Trabalhadores – CUT)**, **Júlio Cesar Dias Chaves (Notório Saber)**, **Marta Cezária de Oliveira (Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado – GMNDC)**, **Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca – Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguiã – IAO)**, **Adegmar José da Silva (Centro Cultural - HUMAITÁ)**, **Rosilene Torquato de Oliveira Neto (Agentes**



243 **Pastorais Negros – APN’S), Michael Laiso Felix (Federação de Umbanda e Candomblé**  
244 **de Brasília e Entorno – FUCBE – DF), Moara Correa Saboia (Coletivo Nacional de**  
245 **Juventude Negra – ENEGRECER), José Alex Borges Mendes (Coordenação Nacional das**  
246 **Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ), Célia Zenaide da Silva (Conselho**  
247 **Federal de Psicologia – CFP), Nicéa Quintino Amauro (Associação Brasileira de**  
248 **Pesquisadores Negros – ABPN), Antônio Carlos Basílio da Silva (Instituto Nacional de**  
249 **Tecnologia Social – INATES), Maria Jane Soares (Associação Comunitária dos Ciganos**  
250 **de Condado – PB – ASCOCIC), Fatíma Ali (Federação Árabe Palestina do Brasil –**  
251 **FEPAL), Ivan Cláudio Pereira Siqueira (Representante Notório Saber), Máira de Paula**  
252 **Barreto Miranda (Representante Notório Saber), Roseane Cavalcante de Freitas Estrela**  
253 **(Secretária Nacional de Políticas para as mulheres), Tarcila Martins Portugal (Ministério**  
254 **da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Davi Calazans (SNPIR), Benedito Sebastião**  
255 **de Lara Filho (Ministério da Justiça e Segurança Pública), Camila Batista Martins**  
256 **Carneiro (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social), Claudio Luiz Pinheiro da Silva**  
257 **(Secretaria Especial do Esporte), Renata de Carvalho Ferreira Machado (Secretaria**  
258 **Especial da Cultura), Renata Florez Rocha (Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de**  
259 **Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital), Laura**  
260 **Nascimento Moreira (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego da Secretaria Especial**  
261 **de Produtividade, Emprego e Competitividade), Ademilton Ferreira (FCP), Isabel Cecilia**  
262 **Paredes (Decon), Dannytha Rayres Lopes Câmara (Secretaria de Governo). Luciano**  
263 **Antunes de Moura**, informou que conforme estabelecido anteriormente, seria retomado o  
264 debate do regimento. **Máira de Paula Barreto Miranda**, fez a leitura do regimento. Após os  
265 apontamentos dos demais conselheiros, ficou acordado que o GT tem a liberdade de escrever e  
266 na próxima reunião será apresentado. **Nicéa Quintino Amauro**, sugeriu que as sugestões de  
267 redação deveriam ser enviadas por e-mail. **Máira de Paula Barreto Miranda**, fez sugestão de  
268 quórum mínimo para que haja votação seria de 30% do conselho. **Nicéa Quintino Amauro**,  
269 informou que como não houve destaque do pleno gostaria de elucidar as alterações do grupo.  
270 E leu novamente as alterações feitas pelo GT. **Luciano Antunes de Moura**, disse que teve uma  
271 publicação em diário oficial, e que existem regras do que pode e não pode ser publicado. Após  
272 longo debate, **Nicéa Quintino Amauro**, informou que o GT de regimento encerrou o trabalho  
273 que foi proposto para essa reunião e que voltam na próxima reunião com os demais artigos.  
274 **Luciano Antunes de Moura**, agradeceu ao grupo de trabalho do regimento interno e encerrou  
275 as atividades da parte da manhã.

276 **Luciano Antunes de Moura**, deu início as atividades da tarde passando para a  
277 apresentação da Assessoria Parlamentar sobre projetos de lei tramitando na câmara dos  
278 deputados sobre igualdade racial. Informando ainda que o palestrante é o Assessor Parlamentar  
279 do Ministério. **Lucas Pinheiro**, após explanar a respeito das diversas Leis em tramitação, disse  
280 que o pico de projetos apresentados foi em 2015, que nesse ano temos até agora 11 projetos  
281 nesse tema apresentados no congresso nacional. **Luciano Antunes de Moura**, disse que em  
282 relação as emendas estão agora em fase de apresentação das propostas no congresso nacional.  
283 Agradeceu a participação do assessor da ASPAR e deu continuidade as atividades convidando  
284 a Coordenadora Geral de políticas para as comunidades quilombolas. **Mãe Tuca**, pergunta se  
285 existe, e o que tem feito o programa brasil quilombola? **Arlene Cruz**, disse que trabalha na  
286 coordenação geral há 2 semanas, mas está na SEPIR desde 2016, informou que tinham uma  
287 cobertura pelo comitê gestor da agenda social quilombola. Esse comitê foi um dos que passou  
288 pela extinção de fato, mas mesmo assim tivemos a oportunidade de manter as reuniões com os  
289 órgãos que atuam com os quilombolas. Fizemos até uma reunião com esses órgãos. São quase  
290 que os mesmos ministérios envolvidos solicitamos aos órgãos as ações que estavam vigentes  
291 nas pastas pra ver o que se pode articular para o próximo ano. Disse que o PPA agora que está  
292 começando a ser divulgado, vai começar reuniões bilaterais com os ministérios. O PBQ ainda



293 está atuante. Teve uma reunião em maio desse ano com a CONAQ, estão aguardando devolutiva  
294 da CONAQ sobre as demandas. Disse ainda que o planejamento depende também da  
295 informação que venha da CONAQ, porque já obedece um rito que é a questão da consulta e de  
296 fazer políticas efetivas. O planejamento vai buscar essa parceria, não sabe de para a próxima  
297 reunião já consiga, mas consegue dizer em que pé está essa articulação. **Mãe Tuca**, informou  
298 que a sociedade civil se reunimos e chegou a um consenso com relação as propostas de pauta a  
299 qual após lida foi entregue ao Luciano. Luciano Antunes de Moura, informou á respeito dos  
300 golpes aplicados pela entidade FENAIQ Brasil à Comunidades Quilombolas. **Milton Santos**  
301 **Silva**, informou que esse conselho já tentou fazer pra punir esse cara e pediu que seja resgatado  
302 o que foi feito para punir ou minimizar o que esse cara faz. **Patrícia Tiomno Tolmasquim**,  
303 informou que o conselheiro Gustavo representante da Funai disse que pode participar da  
304 comissão eleitoral sobre a vaga indígena. **Luciano Antunes de Moura**, após fazer as  
305 considerações finais encerrou a Reunião Extraordinária.

J.S.

Luciano Antunes de Moura

Milton Santos Silva

Patrícia Tiomno Tolmasquim

Gustavo

Carlos

7

8

9

10

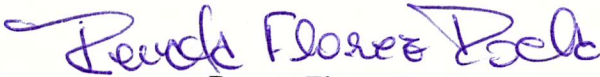
11

12

Luciano Antunes de Moura  
Coordenador Geral do CNPIR

Sandra Terena  
Presidente do CNPIR

Lucilene Estevam Santana  
Titular do Ministério da Economia


  
Renata Florez Rocha  
Suplente do Ministério da Economia

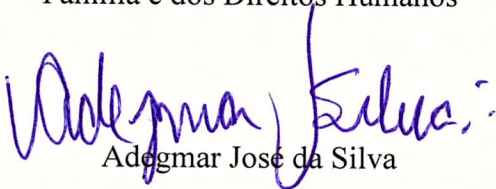
Claudio Luiz Pinheiro da Silva  
Suplente do Ministério da Cidadania

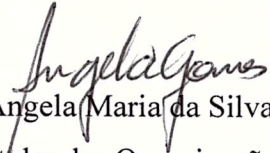
  
Sérgio de Oliveira  
Suplente do Ministério da Educação

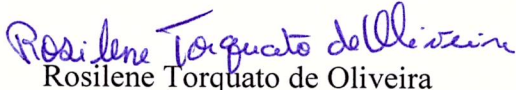
Camila Batista Marins Carneiro  
Suplente do Ministério da Cidadania


Roseane Cavalcante de Freitas Estrela  
Titular do Ministério da Mulher, da  
Família e dos Direitos Humanos


  
Danilo Rosa de Lima  
1º Titular das Organizações Gerais do  
Movimento Negro

  
Ademar José da Silva  
2º Titular das Organizações Gerais do  
Movimento Negro

  
Angela Maria da Silva Gomes  
4ª Titular das Organizações Gerais do  
Movimento Negro

  
Rosilene Torquato de Oliveira  
5ª Titular das Organizações Gerais do  
Movimento Negro

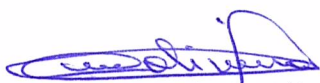
  
Carlos Alberto Rodrigues de Souza  
1º Suplente das Organizações Gerais do  
Movimento Negro

  
Edmar Barbosa Bonfim  
1ª Titular das Comunidades de Terreiro



Moara Correa Saboia

1ª Titular da Juventude Negra



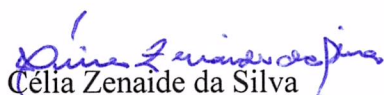
Marta Cezária de Oliveira

1ª Titular das Mulheres Negras



Maria Julia Reis Nogueira

1ª Titular dos Trabalhadores (as)



Célia Zenaide da Silva

2ª Titular das Temáticas



Maria Jane Soares Targino Cavalcante

1ª Titular das Comunidades Ciganas



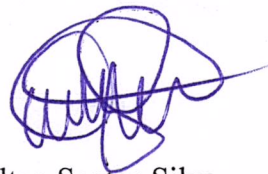
Fátima Ali

1º Titular da Comunidade Árabe



Maíra de Paula Barreto Miranda

Titular do Notório Saber



Milton Santos Silva

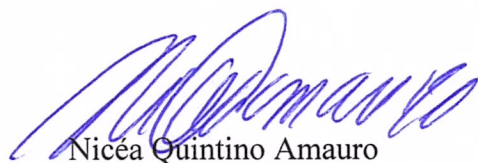
1º Titular do LGBT Negras (os)

José Alex Borges Mendes

1º Suplente dos Quilombolas

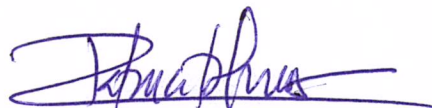
Dara Sant'Anna Carvalho de Ignácio

1ª Titular das Temáticas



Nicéa Quintino Amauro

3ª Titular das Temáticas



Patrícia Tiomno Tolmasquim

1ª Titular da Comunidade Judaica

Júlio Cesar Dias Chaves

Titular do Notório Saber



